Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Entre o 1% mais rico, negros pagam mais IR que brancos . . . 3

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Conheça as propostas de economistas para garantir programas sociais e contas em dia . . . 6

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Acordo sobre o ICMS é mais um desafio na área fiscal (Editorial) . . . 8

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Lula quer mais remédios nacionais e corte de impostos para baratear preços . . . 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL
Bolsonaro bloqueia mais R$ 5,7 bi e amplia risco de apagão na máquina pública . . . 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL
Gasto projetado com Previdência cresce R$ 23 bi e pressiona contas . . . 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL
STF julga hoje "revisão da vida toda" do INSS . . . 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
TSE sob Moraes suspende perfis sem definição de limites e critérios na lei . . . 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Planos de limite do gasto e da dívida exigem licença pequena para gastar . . . 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
A barganha do Congresso com Lula - VINICIUS TORRES FREIRE . . . 22

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Receita passa a negociar substituição de garantia . . . 23

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Paraná adia debate sobre taxação do agro . . . 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA
Apesar das turbulências, mercado acionário avança no Brasil - MERCADO S/A . . . 25

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA
"Política social é a retomada econômica" . . . 27

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - GERAIS
ECONOMIA

Reajuste de mensalidade vai a 13%, acima da inflação 29

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA
Sem direito de ir e vir (Editorial) 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
OCDE vê PIB mundial cair para 2,2% no próximo ano 34

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Guedes anuncia novo bloqueio, de R$ 5,7 bi, para cumprir teto 35

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA
Guedes nega "herança maldita" e diz que deixará superávit do setor público 36

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA
Ação anticovid da China eleva temor com economia global 37

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA
OCDE descarta recessão global, mas prevê uma expansão fraca em 2023 38

Entre o 1% mais rico, negros pagam mais IR que brancos

Idiana Tomazelli

A isenção de Imposto de Renda sobre lucros e dividendos beneficia principalmente homens brancos que estão no topo da distribuição de renda do país, mostra um estudo do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made/USP).

No 1% mais rico da população, a alíquota efetiva do Imposto de Renda é de 8,80% para homens brancos, mas sobe para 13,14% no caso de homens negros. Entre os 9% imediatamente abaixo desse grupo na pirâmide de distribuição de renda, quase não há diferença: a incidência é de 10,64% para homens brancos e 10,69% para negros.

Um dos autores do estudo, o economista Matias Rebello Cardomingo afirma que o achado evidencia a discriminação implícita na tributação sobre a renda no Brasil. "Ao desonerar um tipo de renda como os lucros e dividendos, o grupo beneficiado é nitidamente o das pessoas brancas do topo", diz.

Além dele, o trabalho também conta com as contribuições dos pesquisadores João Pedro de Freitas Gomes, Ruth Pereira di Rada e Luiza Nassif. O estudo tem como base dados da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) dos anos de 2017 e 2018, feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Uma das explicações para a diferença de tributação entre homens brancos e negros no topo é a natureza da renda obtida por esses grupos.

Entre os brancos, a maior parte dos declarantes (44,1%) são empregadores, que podem obter parte da sua renda por meio de lucros e dividendos distribuídos pelas empresas que administram. Esses rendimentos são isentos de IR, ou seja, ficam livres do pagamento de imposto.

Já entre os negros, a maior fatia dos declarantes (44,4%) são empregados públicos assalariados. Nesse caso, os rendimentos sofrem incidência de imposto, com alíquotas nominais que chegam a 27,5%.

"Olhe para o topo, quem é negro não se beneficia desse tipo de isenção. O resultado do trabalho foi exatamente conseguir explicitar um aspecto da tributação que tem como consequência imediata um prejuízo maior para os negros do que para os brancos", diz Cardomingo.

Para ele, a conclusão da análise mostra uma importância ainda maior de corrigir essa distorção e retomar a tributação de lucros e dividendos, que são isentos desde 1996.

Como mostrou a Folha, uma **reforma tributária** que eleve a taxação sobre os mais ricos tem fortes chances de ser implementada a partir de 2023, dado o respaldo popular à medida e o fato de ela constar no rol de propostas do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O petista tem manifestado o desejo de "colocar o rico no Imposto de Renda", em uma alusão à isenção dos dividendos ainda em vigor.

Entre os recebedores de lucros e dividendos estão investidores, acionistas, sócios de empresas, profissionais liberais e outros prestadores de serviços PJ (pessoa jurídica). Em geral, o pagamento dessa verba é destinado a pessoas situadas nos estratos mais ricos da população.

Em 2020, esse tipo de renda mostrou resiliência mesmo em um cenário de dificuldades devido à Covid-19. Segundo a **Receita Federal**, a renda declarada por brasileiros com lucros e dividendos subiu a R$ 384,3 bilhões no ano em que o surgimento da pandemia destruiu milhões de postos de trabalho e levou empresas a cortarem salários de trabalhadores.

Além disso, de cada R$ 100 declarados como lucros e dividendos, R$ 70 estavam nas mãos do 1% mais rico -um seleto grupo de 316.348 declarantes que teve rendimentos entre R$ 603,1 mil e R$ 2,6 bilhões no ano de 2020.

Os dados administrativos divulgados pela Receita não distinguem as informações por raça. Mas a pesquisa da USP mostra que a proporção de pessoas negras no 1% mais rico, de 16,9%, é muito menor do que a de pessoas brancas (83,1%), o que é por si só uma evidência da desigualdade de oportunidades no Brasil.

Mas a estrutura tributária acaba reforçando essa discriminação ao tratar de forma diferente aqueles que têm renda similar, mas trabalham sob regimes

jurídicos distintos -profissionais liberais versus servidores, por exemplo.

"A gente fala muito de tributar lucros e dividendos pensando na desigualdade de renda, mas encontramos outro aspecto, que é o combate à desigualdade racial", afirma o pesquisador.

Cardomingo explica que os elementos de formação das categorias profissionais são relevantes para a discussão, sobretudo em uma sociedade com baixa mobilidade social como a brasileira -ou seja, filhos de famílias pobres têm mais dificuldade para subir degraus na escada de renda, enquanto os ricos tendem a se manter no topo.

Entre empregadores e profissionais liberais, ocupações mais comuns entre os brancos do 1% mais rico, são fatores determinantes a rede de contatos e o acúmulo de capital educacional -elementos que podem ser justamente barreiras para os demais grupos sem acesso a pessoas influentes ou um qualificação.

Já no caso do serviço público, o estudo indica que a política de cotas raciais em concursos tem sido um motor importante para inserir mais pessoas negras no topo da pirâmide de renda do país. "Só que a maneira de chegar no topo é uma forma de inserção profissional que gera mais tributação", pondera.

A Câmara dos Deputados chegou a aprovar em 2021 uma proposta de reforma do IR que prevê a retomada da tributação sobre lucros e dividendos, com uma alíquota de 15%. O desenho, porém, foi amplamente criticado por permitir uma série de exceções, inclusive para pessoas jurídicas com faturamento de até R$ 4,8 milhões ao ano -favorecendo profissionais liberais já bastante beneficiados pela estrutura tributária.

O texto parou no Senado Federal, onde não foi apreciado até hoje.

"A avaliação que se faz é que a proposta em tramitação reduz a arrecadação com IR, que é o pior cenário pensando em termos distributivos, pois concentra ainda mais a arrecadação nos **tributos** indiretos [sobre consumo]", afirma Cardomingo.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50104

Homens negros do 1% mais rico pagam mais IR

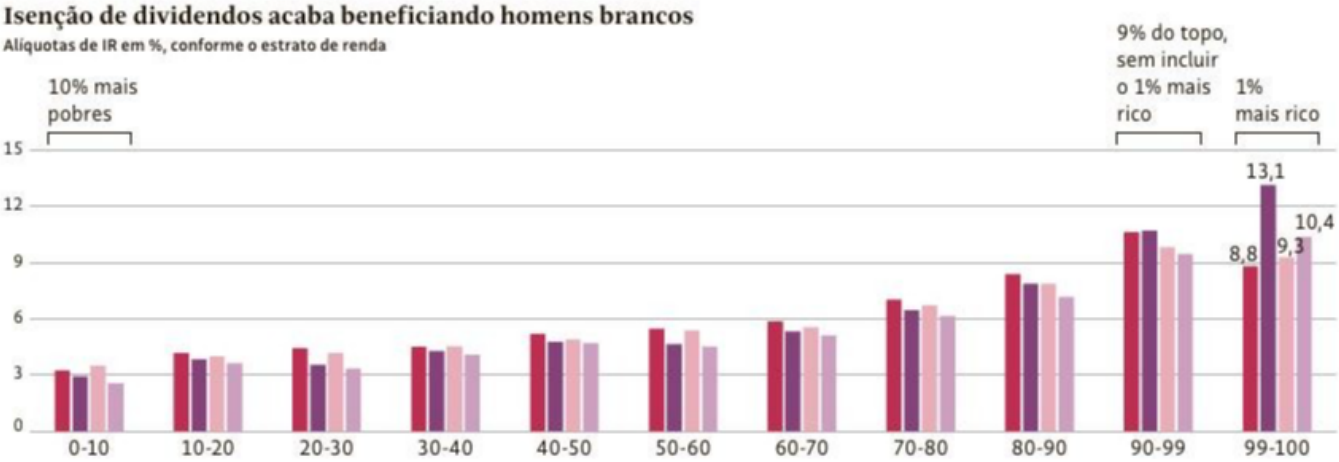
Quem é o 1% mais rico

Em % do total

2.013.846 é o total em população

Isenção de dividendos acaba beneficiando homens brancos

Alíquotas de IR em %, conforme o estrato de renda



Composição da renda do 1% do topo conforme a posição na ocupação

Fatia, em %

	Homens negros	Homens brancos
Trabalhador doméstico	0,7	0
Militar	1	1,1
Empregado do setor privado	25,8	18,2
Empregado do setor público	44,4	19,2
Empregador	7	44,1
Conta própria	21,1	17,2
Trabalhador não remunerado em ajuda a membro do domicílio ou parente	0	0,3

Fonte: Made/USP

Conheça as propostas de economistas para garantir programas sociais e contas em dia

Por Eliane Oliveira - Brasília

Apesar de todo o ruído no mercado com o impacto fiscal da "PEC da Transição" , proposta de emenda à Constituição que abre espaço para gastos do futuro governo, economistas experientes dizem que é possível manter boas políticas sociais com as contas em dia. E sugerem alternativas para uma nova âncora fiscal no futuro governo Lula, que possa substituir o teto de gastos na tarefa de dar previsibilidade sobre as contas públicas. Em comum, as propostas têm a opção de usar como referência a trajetória da dívida pública a médio prazo.

Em um artigo escrito junto com o economista Marcos Mendes, publicado na semana passada na Folha de S.Paulo, o ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga defendeu que é preciso perseguir uma meta para a redução da dívida em relação ao **PIB** em dez anos. Ele usou o percentual de 65% em uma década, mas esclareceu depois, em entrevista ao GLOBO, que se trata de um número arbitrário.

- Estamos propondo trazer de volta as duas âncoras que nós já tivemos. Uma voltada para o controle da dívida, pois exigia geração de superávits primários, e a mais recente, que é o teto de gastos, ou seja, um limite ao tamanho do Estado. Ou seja, não dá para ficar crescendo em aberto nem a dívida nem o gasto - disse Arminio.

Em linha com essa ideia, um grupo de economistas, que se intitula Elas no Orçamento, sugeriu que, em vez do teto, seja adotada uma meta de endividamento público de médio prazo, que esteja integrada com projetos de desenvolvimento econômico e social. A proposta do grupo, que conta com nomes como o da economista Mônica de Bolle, também propõe um novo teto para as despesas primárias dentro de um horizonte de quatro anos.

Há, ainda, outras duas propostas em discussão. O secretário estadual da Fazenda de São Paulo, Felipe Salto, encaminhou à equipe de transição do presidente eleito a sugestão de trocar o teto de gastos por uma âncora fiscal que permitiria ao governo aumentar gastos acima de **inflação** de acordo com a trajetória da dívida pública. Por sua proposta, o teto de gastos poderia ser substituído pelo teto da dívida.

Fim de deduções no IR

E, há cerca de dez dias, servidores do Tesouro Nacional encaminharam uma proposta própria à equipe de transição. Esta limita o crescimento real dos gastos do governo à trajetória da dívida líquida: quanto menor o nível da dívida líquida do governo, maior pode ser a taxa de crescimento real das suas despesas.

Uma outra forma de obter o equilíbrio fiscal seria reformular as despesas, por meio de uma reforma administrativa, e otimizar a cobrança de **impostos**. Em uma eventual **reforma tributária**, a arrecadação pode até crescer com elevações específicas de **tributos**, embora em um cenário mais eficiente. Neste contexto, alguns subsídios públicos poderiam ser revistos.

Ex-diretor de Política Econômica do BC e hoje economista-chefe do Itaú Unibanco, Mário Mesquita avalia que, a partir de 2023, haverá duas discussões sobre a mesa: o que acontecerá com o teto de gastos - que proíbe o crescimento das despesas acima da **inflação** - e o aumento de **impostos**.

Para Mesquita, a elevação e o ajuste de alguns **tributos** seriam uma forma de compensar a expansão dos gastos sociais. Ele destaca a necessidade de uma **reforma tributária** que acabe, por exemplo, com as deduções de saúde e educação no Imposto de Renda.

- Todos sabemos que essas deduções só atendem a pessoas com renda mais alta. Há formas justas de acertar as contas - afirmou o economista.

Revisão de programas

A reforma administrativa seria uma opção para ajudar a permitir a responsabilidade fiscal com a adoção de medidas sociais, segundo Mesquita. Ele também apontou, sem citar nomes, a privatização ou liquidação de algumas das chamadas estatais dependentes.

O ex-secretário do Tesouro e hoje CEO da Bradesco Asset Management (Bram), Bruno Funchal, acredita que a revisão dos atuais programas de transferência de renda pode ser um bom passo para garantir o pagamento de benefícios como os do Bolsa Família no futuro. A um prazo mais curto, logo em 2023, outra medida seria a reversão da desoneração do PIS/Cofins e do Imposto sobre Produtos

Industrializados (IPI).

- Esta é uma alternativa rápida que traria uma fonte, pelo lado da receita, para viabilizar aquilo que o novo governo traz como mais urgente e indispensável - disse Funchal.

Entenda as propostas

Os economistas formularam uma proposta com metas para dívida e gasto públicos, com planejamento plurianual, de forma parecida com o que ocorre em vários países. Cláusulas de escape permitiriam gastar acima do teto em emergências. Em seguida, o superávit primário para estabilizar a dívida seria recalculado. Ao usar duas âncoras - dívida e gasto - o modelo se aproxima do sinalizado por Geraldo Alckmin ontem .

O grupo de mulheres economistas propõe uma nova alternativa de âncora fiscal, que tem por base dois pontos. O primeiro é uma meta de endividamento público de médio prazo, integrada a projetos de desenvolvimento econômico e social. O segundo é um novo tipo de teto para as despesas primárias dentro de um horizonte de quatro anos. O objetivo é garantir previsibilidade e flexibilidade ao mesmo tempo.

A norma admite crescimento de gastos acima da **inflação**, de acordo com a trajetória da dívida pública: se a relação dívida/**PIB** estiver baixa, o governo poderia gastar mais. A regra concede um "bônus" de gastos quando as contas públicas ficam no azul - o chamado superávit primário. No primeiro ano de vigência, a variação das despesas teria adicional único de 2% (além da **inflação**) para ampliar o custeio da máquina pública e os investimentos.

Na opinião do titular da Fazenda de São Paulo, o teto não existe mais, por ter sido "furado" em 2020, 2021 e 2022. Para o ano que vem, Salto defende uma licença de gastos extra de R$ 120 bilhões. Ele sugere uma meta de dívida tendencial, ou seja, um indicativo de caminho da relação da dívida/**PIB** no longo prazo. Assim, o governo pode ter gastos crescendo mais que a **inflação**, desde que isso não comprometa a relação da dívida.

Site:
https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/11/conheca-as-propostas-de-economistas-para-garantir-programas-sociais-e-contas-em-dia.ghtml

Acordo sobre o ICMS é mais um desafio na área fiscal (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://valor.globo.com/impresso

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Acordo sobre o ICMS é mais um desafio na área fiscal

Lula quer mais remédios nacionais e corte de impostos para baratear preços

Do UOL, em Brasília

O senador Humberto Costa (PT-PE), coordenador da área de saúde da equipe do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), diz que o próximo governo planeja estimular a reindustrialização do setor , fazer uma **reforma tributária** específica e atrair empresas estrangeiras para investir no país.

Esse conjunto de mudança visa criar o que ele chama de complexo econômico-industrial da saúde. Costa foi ministro da pasta no primeiro mandato de Lula, entre 2003 e 2005, quando implementou o Farmácia Popular, entre outros programas.

Agora, afirma, o objetivo é fomentar a articulação entre os ministérios da Saúde, da Ciência e Tecnologia e da Economia para desenvolver o setor.

Brasíl de remédios do exterior: Integrantes da área de saúde dizem que a produção farmacológica no Brasil é altamente dependente do insumo importado; que faltam incentivos ao desenvolvimento da biotecnologia, o que poderia aumentar a eficácia dos remédios e baratear os produtos -em especial para o tratamento de câncer; e que os **impostos** para medicamentos são altos (cerca de um terço do valor do remédio). Além disso, ainda que o Brasil produza vacinas, a estimativa é que o país importe cerca de 80% do que é usado aqui.

Durante a campanha eleitoral, o Sindusfarma, sindicato que representa a indústria farmacêutica, apresentou uma carta com propostas aos presidenciáveis como a isenção de **impostos** nas compras públicas de medicamentos, o fim do controle de preços para alguns remédios e um programa para acelerar a entrada de novos medicamentos no país.

Saúde na economia: A área da saúde é importante no contexto econômico: representa 9% do **PIB** e 10% da mão de obra formal , diz o senador.

Até o começo de janeiro, o grupo de trabalho no governo de transição vai analisar os dados disponibilizados pela gestão de Jair Bolsonaro (PL) e preparar um relatório para mapear as primeiras políticas públicas para o início de 2023.

Reindustrialização da saúde: Costa afirma que a pandemia mostrou a necessidade de o país ter indústrias fortes para produzir de equipamentos a vacinas.

Ficou claro durante a pandemia que o Brasil perdeu a sua autonomia e capacidade de ser autossuficiente em muitos pontos estratégicos , diz o senador.

Segundo ele, a necessidade de estimular os investimentos no setor tem sido discutida entre diferentes grupos e partidos políticos aliados de Lula desde a elaboração do programa de governo durante a campanha.

Os partidos que compõem a frente entraram no consenso de que essa é uma coisa relevante , afirma.

Falta de insumos na pandemia. A crise da Covid no Brasil foi marcada pela falta de equipamentos de proteção individual (como máscaras) e de insumos para testes e vacinas.

No começo da pandemia em 2020, não havia produtos para atender nem mesmo profissionais da saúde, que chegaram a fazer compras por conta própria .

Em novembro de 2021 o Ministério da Saúde contabilizava cerca de 24,5 milhões de exames realizados desde o início da pandemia -o país tem cerca de 213 milhões de habitantes. A testagem em massa foi repetidamente apontada por especialistas como essencial para controlar a pandemia.

Estímulo governamental: De acordo com o senador, a elaboração de uma política específica para o setor passa por analisar incentivos fiscais, tratamento tributário diferente e desoneração da folha de pagamentos, por exemplo.

É possível ter um tratamento diferente do ponto de vista da forma de contribuição para a Previdência? O setor não é desonerado da folha , afirma.

Isso seria dentro de uma **reforma tributária** para dar um tratamento a esse setor de maneira diferenciada. É possível estimular empresas a investir no norte do país aproveitando a biodiversidade das florestas para a produção de medicamentos , diz o senador.

Propostas do setor: Empresas e associações do setor

já apresentaram propostas para a área, afirma Costa. Entre elas, está a isenção tributária de medicamentos e a incorporação de remédios pelo Ministério da Saúde.

O Sindusfarma defende a isenção de **impostos** dos medicamentos comprados por órgãos públicos sob o argumento de que, com isso, o estado teria capacidade de comprar mais remédios. De acordo com o setor, o Brasil tem uma das mais altas cargas tributárias sobre medicamentos no mundo; enquanto a média mundial é de 6%, no Brasil é de 31,3%.

No entanto, como mostrou o UOL , especialistas afirmam que, apesar de o modelo atual precisar de mudanças, o critério deve ser o do interesse público, e não o da indústria.

Humberto Costa tem avaliação semelhante. Alguns medicamentos são muito caros, e a eficácia de um em relação ao que já existe às vezes não é tão grande a ponto de justificar que se agregue à lista de medicamentos do SUS. O setor tem propostas e o governo tem que decidir se vale a pena , diz o senador.

Site:
https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/11/23/lula-quer-mais-remedios-nacionais-e-corte-de-impostos-para-baratear-precos.htm

Bolsonaro bloqueia mais R$ 5,7 bi e amplia risco de apagão na máquina pública

O ministro Paulo Guedes (Economia) divulga reavaliação do Orçamento Edu Andrade/Divulgação Ministério da Economia

Idiana Tomazelli

O governo Jair Bolsonaro (PL) anunciou um novo bloqueio de R$ 5,7 bilhões no Orçamento de 2022 para evitar o estouro do teto de gastos. A medida pode impor um apagão na máquina pública a pouco mais de um mês do fim do mandato do atual presidente -a exemplo da emissão de passaportes, já suspensa pela Polícia Federal por falta de verbas.

O teto de gastos é a regra que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**. Embora haja um consenso entre economistas sobre a necessidade de alterá-lo, ele ainda está em vigor e precisa ser cumprido na execução do Orçamento. Por isso, o bloqueio de recursos é obrigatório para o governo.

A trava deixará um saldo de apenas R$ 3,6 bilhões para todo o governo federal atravessar o mês de dezembro. O valor não inclui despesas como salários e benefícios sociais, uma vez que elas são obrigatórias.

"Vai ser muito difícil, muito apertado. O governo nunca passou tão apertado assim, o normal é vir flexibilizando [os bloqueios no Orçamento]", disse o secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago. Apesar a situação crítica, ele avaliou que o governo conseguirá chegar ao fim do ano com as necessidades mais imediatas em dia. "Vamos atender a todas as políticas que são importantes", afirmou, sem citar quais.

Segundo Colnago, o novo bloqueio de despesas vai incidir quase todo sobre os gastos discricionários de ministérios, que bancam custos com o funcionamento, compra de materiais ou investimentos. As emendas parlamentares que ainda estavam disponíveis já estão todas bloqueadas -há na verdade uma pressão crescente pela liberação desses recursos.

Como mostrou a Folha, parlamentares do centrão articulam a aprovação de um projeto de lei para alterar a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e incluir uma série de dispositivos que flexibilizam a forma com que o teto de gastos é mensurado.

O efeito prático das mudanças seria evitar o novo bloqueio e ainda liberar recursos que já estavam travados desde antes. O governo também tem interesse na medida para evitar um colapso de suas atividades.

Não se descarta ainda incluir algum dispositivo na PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, patrocinada pela equipe do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para permitir a ampliação de gastos no fim deste ano para resgatar os ministérios mais comprometidos. A articulação foi revelada pela Folha. A avaliação é que só o projeto de lei pode não ser suficiente para aliviar a pressão sobre o Orçamento.

Em setembro, o valor total bloqueado no Orçamento havia alcançado R$ 10,5 bilhões, sendo R$ 7,9 bilhões em emendas de relator (instrumento usado como moeda de troca nas negociações políticas com o Congresso) e R$ 2,6 bilhões em despesas de ministérios. Uma parte pequena chegou a ser liberada, mas a situação de aperto se impôs novamente.

Caso a nova trava de R$ 5,7 bilhões precise ser implementada pela equipe econômica, o bloqueio total chegará a R$ 15,4 bilhões, deixando poucos recursos para a máquina pública seguir rodando no último mês de 2022. A situação é avaliada como crítica, e outros serviços podem sofrer paralisações.

Hoje o teto de gastos precisa ser respeitado em dois momentos: na inclusão das despesas no Orçamento e no efetivo desembolso financeiro para pagar as ações. O projeto de lei em tramitação no Congresso busca flexibilizar a primeira exigência, permitindo a previsão de despesas que serão quitadas só no próximo exercício sem a necessidade de cancelar gastos de outros órgãos.

Na prática, o valor que será efetivamente pago em 2023 não precisaria ser contabilizado no teto deste ano, e o espaço deixado por isso pode ser aproveitado para outra despesa.

Técnicos experientes ouvidos sob reserva avaliam que a proposta busca "inaugurar interpretações criativas" sobre o funcionamento do teto de gastos, ou simplesmente driblar o limite. Na área técnica do TCU (Tribunal de Contas da União), a avaliação preliminar é de que a iniciativa é inconstitucional, pois altera o funcionamento do limite de despesas -que é previsto na própria Constituição.

O projeto de lei originalmente só alterava a data-limite para abertura de novos créditos no Orçamento. O relatório com as mudanças é do deputado AJ Albuquerque (PP-CE), correligionário do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira. A reportagem não conseguiu contato com o parlamentar.

Um dos trechos do parecer desconta do teto de gastos os ajustes referentes a despesas primárias que são empenhadas no fim de um ano, mas só têm impacto financeiro no início do exercício seguinte -como ocorre com a folha de pagamento de servidores e da **Previdência Social**.

O empenho é a primeira fase do gasto, quando o governo assume o compromisso de efetuar aquele pagamento. No caso dos salários e benefícios, o empenho é feito em dezembro, mas parte do desembolso só ocorre em janeiro, conforme o cronograma das folhas.

O parecer ainda permite contabilizar no Orçamento apenas a previsão de repasse efetivo referente à lei Paulo Gustavo de incentivo à cultura. Bolsonaro chegou a editar uma MP (medida provisória) para adiar o gasto de R$ 3,8 bilhões, mas o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu que a medida é inconstitucional -forçando o governo a incluir a despesa na previsão orçamentária do ano.

"Como dá para falar em herança maldita?", questiona Guedes

Em uma inusual participação na divulgação da reavaliação do Orçamento, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que a melhora das contas é fruto das políticas adotadas em sua gestão. "Como dá para alguém sério e preparado falar em herança maldita?" Segundo ele, o quadro fiscal para 2023 tem hoje um "pequeno déficit" que, se o novo governo Lula "quiser transformar em superávit", poderia ser revertido com o corte de desonerações. "A situação é relativamente simples para quem é preparado ou para quem quer falar a verdade." O Orçamento de 2023 prevê R$ 80 bilhões em desonerações, incluindo a alíquota zero de **tributos** federais sobre gasolina e diesel. A medida foi adotada por Bolsonaro neste ano e não foi revertida pelo atual governo, que incluiu a medida na previsão do ano que vem.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50104

Gasto projetado com Previdência cresce R$ 23 bi e pressiona contas

Edna Simão Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://valor.globo.com/virador/#/edition/187389

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187389

STF julga hoje "revisão da vida toda" do INSS

ANNA CAROLINA PAPP BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve retomar hoje o julgamento da chamada "revisão da vida toda" do **INSS**, interrompido em março deste ano.

A Corte vai decidir se os beneficiários da **Previdência Social** poderão considerar todas as suas contribuições ao longo da vida - incluindo as anteriores a julho de 1994 - no cálculo do valor da aposentadoria.

Isso porque a Lei 9.876, de 1999, estabeleceu que as contribuições anteriores a julho de 1994, início do Plano Real, não seriam contabilizadas no cálculo do benefício.

Em março, o ministro Nunes Marques interrompeu o julgamento e pediu destaque (mais tempo de análise). O placar estava em 6 a 5 a favor da revisão, com o voto do ex-ministro Marco Aurélio Mello e dos ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia, Rosa Weber, Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski. Votaram contra Nunes Marques, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Gilmar Mendes. O ministro André Mendonça agora substitui Marco Aurélio.

Pela regra que será julgada, tem direito à revisão quem se aposentou há no máximo dez anos, antes da reforma da Previdência de 2019 e que tenha contribuído para o **INSS** antes de 1994. "A lei de 1999 estabeleceu que só seriam contabilizadas as contribuições depois de 1994. A revisão da vida toda é para aquelas pessoas que contribuíram antes disso e com contribuições que melhorariam a média financeira, ou seja, o padrão do benefício de hoje", explica Rômulo Saraiva, advogado previdenciário e professor da Universidade Católica de Pernambuco.

Isso porque a revisão só será vantajosa caso o beneficiário tenha contribuído com valores mais altos antes de 1994. Assim, esse período, que hoje não é computado, passaria a ser considerado no cálculo, elevando a média da aposentadoria.

Esse, porém, é um cenário incomum, já que, tradicionalmente, as pessoas começam a carreira com salários mais baixos.

Trabalhadores que ganhavam menos antes do Plano Real não teriam vantagem.

"É um grupo muito reduzido entre os segurados que vai se beneficiar dessa revisão, porque a maioria começa ganhando pouco. Mas teve gente que teve a vida laboral invertida, principalmente quem se aposentou por idade", afirma Diego Cherulli, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

Ele explica que a regra que estabelece o marco de julho de 1994 era uma regra de transição: primeiro, para facilitar o cálculo das aposentadorias, pela diversidade de moedas antes do Plano Real; e, depois, porque considerar todo o período acabava baixando a média das contribuições e, consequentemente, o valor do benefício.

"Mas há exceções, que devem ser respeitadas. Tratar quem mais financiou (a Previdência) com prejuízo destrói a segurança jurídica e a expectativa de direitos." Antes da interrupção do julgamento, o governo federal alegou que a revisão dos benefícios poderia custar R$ 360 bilhões em 15 anos. Mas o IBDP, assim como outras entidades, avalia que o número está superestimado.

"O **INSS** fez esse cálculo como se a revisão fosse impactar todos os segurados, quando sabemos que é um número muito reduzido", afirma.

Procurado, o **INSS** não respondeu sobre o número de beneficiários que poderiam ser atingidos pela medida.

Caso a caso

Poucos terão aumento, diz especialista

Bons salários em 1994

Conforme o vice-presidente do IBPD, Diego Cherulli, a regra só será vantajosa para quem contribuía com valores mais altos antes de 1994, o que, segundo ele, é um cenário incomum, já que as pessoas começam a carreira com salários mais baixos

5% a 6% dos aposentados

É a estimativa de beneficiários que conseguiriam elevar o valor da aposentadoria, pelos cálculos de

Cherulli, levando em conta os clientes de seu escritório

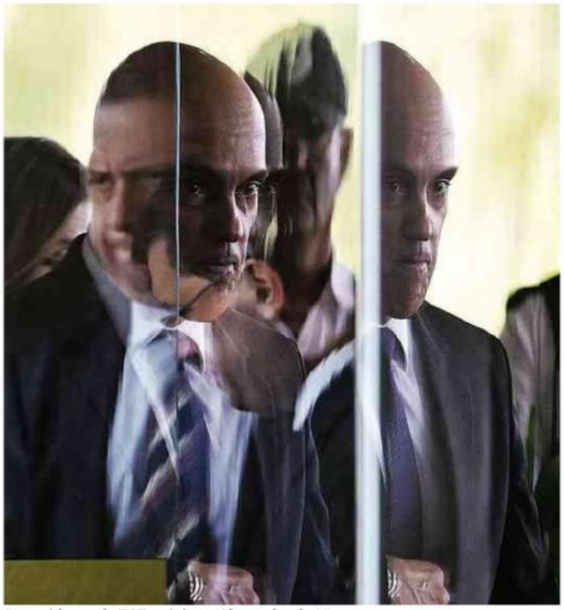
Revisão não é automática

Mesmo que aprovada pela Corte, a revisão não será automática.

O beneficiário precisa abrir ou já ter processo em andamento na Justiça

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

TSE sob Moraes suspende perfis sem definição de limites e critérios na lei



O presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes Evaristo Sá - 30.out.22/AFP

Renata Galf são paulo

Sob a presidência de Alexandre de Moraes, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) adotou postura semelhante ao que já vinha sendo observado em inquéritos conduzidos pelo ministro no STF (Supremo Tribunal Federal).

Perto do segundo turno, nova resolução foi aprovada pela corte eleitoral, permitindo atuação proativa contra desinformação. Com base nela, diversas figuras públicas tiveram suas contas em redes sociais suspensas. Parte dos alvos acusa o Judiciário de censura.

Segundo análise de especialistas ouvidos pela Folha, há uma lacuna legislativa sobre o tema. Isso porque hoje não existem limites e critérios legais dando diretrizes -como gravidade da infração ou prazo de imposição da medida- para que se bloqueie por completo um perfil ou conta em rede social.

Não há consenso sobre o que seria possível fazer com as regras já existentes. Em geral, há entendimento de que há casos em que a medida pode ser tomada, desde que haja fundamentação adequada.

Para Paulo Renâ, codiretor do Aqualtune Lab (ONG integrante da Coalizão Direitos na Rede), atualmente a única previsão legal que avaliza este tipo de medida é a recém-aprovada resolução do TSE.

Ele considera, porém, que a regra carece de critérios mais específicos, como de análise da gravidade da conduta. "Confiou-se na autocontenção dos julgamentos", diz ele.

A quantidade de determinações às redes sociais com base na nova resolução teve aumento expressivo após o segundo turno, em meio ao alastramento de manifestações antidemocráticas pelo país que questionam o resultado eleitoral. Mas não é possível analisar se a fundamentação é adequada, já que as decisões têm sido mantidas sob sigilo.

A atuação proativa do tribunal ocorre em meio à omissão do Ministério Público Eleitoral Entre os alvos da corte estão políticos do campo bolsonarista, como a deputada federal Carla Zambelli (PL-DF), além de deputados eleitos como Nikolas Ferreira (PL-MG) e Gustavo Gayer (PL-GO).

Marcelo Weick, advogado eleitoral e professor da UFPB (Universidade Federal da Paraíba) , defende que uma regulação mais clara é importante tanto no sentido de definir responsabilidades das plataformas - por exemplo, quando caberia uma suspensão de perfil- quanto para dar parâmetros para o Judiciário decidir, em especial para eleições municipais, quando há muito mais juízes atuando.

Hoje cada rede social estabelece suas próprias regras de moderação de contas e conteúdo. Elas só podem ser responsabilizadas caso deixem de remover conteúdo depois de determinação judicial. Após a invasão do Capitólio nos EUA, muitas delas atualizaram suas regras ao lidar com o bloqueio do perfil do até então presidente Donald Trump.

Enquanto no TSE as suspensões tiveram a resolução como base, no STF elas têm sido determinadas por meio de medidas cautelares em inquéritos criminais que correm na corte.

Desde 2020, no inquérito das fake news, já foram vários os bloqueios do tipo, como do blogueiro Allan dos Santos, atualmente foragido nos Estados Unidos e que tem criado seguidas contas para driblaras restrições.

Entre os casos recentes estão os bloqueios do economista Marcos Cintra (União Brasil-SP) no Twitter e das contas do PCO (Partido da Causa Operária) em diversas plataformas.

"Eu acho que a censura prévia não é um bom critério para avaliar essas decisões", afirma o professor associado do Insper Ivar Hartmann, entre outros motivos porque ele diz haver muita discordância sobre o que configura ou não censura.

Para ele, há outros itens que devem ser considerados para avaliar a proporcionalidade ou não da medida.

Um item grave, avalia Hartmann, é que não houve na decisão quanto a Cintra nem sequer uma tentativa de demonstrar que haveria um comportamento reiterado por parte do economista, de modo a justificar o bloqueio da conta, ao invés da derrubada de posts específicos. "Isso cria um risco muito grande da liberdade de expressão", afirma.

Cintra, que foi secretário da **Receita Federal** no governo de Jair Bolsonaro (PL), teve a conta suspensa após fazer sete tuítes em um mesmo dia reverberando informações falsas sobre as umas e levantando suspeitas sobre o sistema eleitoral.

No caso do PCO, um dos problemas, segundo Hartmann, é a abrangência do bloqueio para várias plataformas apontando postagens apenas no Twitter.

Moraes afirma, na decisão, que o PCO "utiliza sua estrutura para divulgar as mesmas ofensas nos mais diversos canais (Instagram, Facebook, Telegram, Youtube, TikTok)" e que isso amplia "o alcance dos ataques ao Estado democrático de Direito". Entre os posts citados estavam tuítes pedindo a "dissolução do STF" e dizendo que o ministro preparava "um novo golpe nas eleições".

As empresas de tecnologia recorreram da determinação quanto ao PCO. De modo geral, solicitavam que fossem apontados os conteúdos específicos que deveriam ser derrubados.

Moraes negou todos os recursos com a mesma alegação: de que elas não apresentaram "argumento minimamente apto a desconstituir os óbices apontados", sem rebater os pontos levantados.

Apesar de ter seguido o voto de Moraes e criticado os ataques do PCO às instituições, a presidente do Supremo, ministra Rosa Weber, defendeu que o tema das suspensões seja tratado, em outro momento, no plenário físico.

Do ponto de vista do direito criminal, há ainda uma outra questão jurídica para além da proporcionalidade da medida.

Para a professora de direito penal da FGV Raquel Scalcon, seria preciso haver uma previsão específica da possibilidade de suspensão de perfis para que ela pudesse ser aplicada como medida cautelar - que pode ser determinada antes de eventual condenação quando há risco de prejuízo em caso de demora.

Atualmente isso demandaria fazer uma interpretação expansiva da lei, para abarcar a internet. Uma das cautelares no Código de Processo Penal, por exemplo, é a "proibição de acesso ou frequência a determinados lugares" ao acusado para evitar o risco de novas infrações. "Existe uma lacuna legislativa aparentemente", avalia Raquel.

A advogada e coordenadora de comunicação da Abradep (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político), Samara Castro, considera que, neste caso, cabe a extrapolação para a internet. Ela pondera, entretanto, que é preciso uma lei que trate sobre o tema de modo geral. "Quais são as condutas que geram as desplataformização? Qual é a pena máxima disso?" Um dos pontos críticos, aponta ela, são decisões de bloqueio sem porta de saída, ou seja, sem prazo determinado de duração. "Hoje toma-se inviável você ter que apontar absolutamente todos os links se você tem um perfil ou vários perfis que postam ostensivamente conteúdos irregulares", diz Samara.

"Hoje torna-se inviável você ter que apontar absolutamente todos os links se você tem um perfil ou vários perfis que postam ostensivamente conteúdos irregulares" Samara Castro advogada e coordenadora de comunicação da Abradep (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político)

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50104

Planos de limite do gasto e da dívida exigem licença pequena para gastar

Vinícius Torres Freire são paulo

Um aumento grande da dívida do governo em 2023 vai fazer com que o controle do endividamento se torne muito difícil, com risco de provocar um círculo vicioso: mais dívida, taxas de juros maiores, menos crescimento da economia, mais dívida etc.

O que é "grande"? Um aumento de dívida devido a um crescimento de mais de R$ 8o bilhões ou R$ 90 bilhões na despesa de 2023.0 governo de transição para Lula 3 ora prevê um aumento do gasto federal de quase R$ 200 bilhões.

Essa perspectiva de dívida alta e risco elevado de círculo vicioso fica evidente nas primeiras propostas mais detalhadas de um novo plano de contenção de endividamento, uma nova "regra fiscal". Isto é, de projetos para substituir o atual teto de gastos. Criado em 2016, o teto -limitação inscrita na Constituição-em tese proíbe que o aumento anual de gastos federais vá além da **inflação** registrada no ano anterior ao da realização da despesa (foi furada desde 2019).

Em duas dessas propostas, a ideia de base é uma meta para a relação dívida/**PIB** (o tamanho da dívida pública em relação ao tamanho da economia). Essa meta seria alcançada por meio de uma limitação anual do gasto do governo federal que seja compatível com o objetivo, o tamanho da dívida em determinados anos. Isto é, um novo "teto", ajustável de acordo com a necessidade.

São as propostas apresenta -das pelo secretário da Fazenda do estado de São Paulo, Felipe Salto, e colaboradores (vide nomes no final deste texto), e dos economistas Arminio Fraga e Marcos Mendes, por exemplo.

Salto diz que ajuste duro ou folgado demais não é crível

No plano de Salto e colaboradores, a meta para a dívida bruta do governo é de 78% do **PIB** em 2036 (data do fim do regime fiscal instituído com o teto, em2oi6). Há uma meta intermediária: a dívida em 2026 (fim do governo Lula 3) não podería crescer mais do que cinco pontos percentuais de 2023. Isto é, ir de estimados 79% em 2023 do **PIB** para até 84% em 2026. Em suma, a partir de 2027 a dívida teria necessariamente de baixar. em direção à meta de 78% do **PIB** em 2036.

A cada ano, o governo seria obrigado a apresentar, nas leis orçamentárias, uma projeção de receita e despesa compatível com a trajetória de redução da dívida para aquelas metas. Isto é receitas de **impostos** e receitas extraordinárias (como de privatizações, por exemplo), de gasto e o saldo necessário (superávit primário) necessário para abater a dívida.

O teto permaneceria. Mas seria corrigido anualmente pela variação da **inflação** (como agora), mais um incremento equivalente à metade da média do crescimento do **PIB** nos cinco anos anteriores. As despesas com o Bolsa Família ficariam permanentemente fora do teto.

Mas, ressalte-se, a depender da necessidade de abatimento da dívida, não seria possível gastar toda a despesa prevista pelo teto. Em casos de incompatibilidade de receita e despesa com a trajetória definida da dívida, o governo estaria sujeito a restrições de aumento de despesas já previstas na Constituição.

No gráfico ao lado, é possível observar as diferentes trajeto -rias da dívida, a depender do gasto adicional em 2023 e de premissas econômicas. A **receita federal** cresce de 17,5% do **PIB** em 2023 para 19% em 2026 e aí fica .A taxa real de juros cai de 6% para 3 % em 2026 e aí fica. A economia cresce 1% em 2023 e 2% ao ano, daí em diante. A cada ano, há uma receita extraordinária de 0,5%do **PIB**.

É claro que tais indicadores podem variar. Trata-se apenas de um exercício que tenta não ser muito irrealista. Uma possibilidade de variação dessas hipóteses iniciais depende do tamanho inicial da dívida e de seu crescimento e da reação dos credo -res do governo. Quanto maiores a dívida inicial e o endividamento extra, maior a taxa de juros e menor o crescimento, por exemplo.

Esse plano foi apresentado ao vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, que chegou a comentá-lo de passagem em algumas entrevistas. Na opinião de economistas do setor financeiro privado, a meta de Salto etalli seria muito folgada.

Salto, o secretário da Fazenda paulista e ex-diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente, diz que é preciso ter uma meta crível, nem apertada nem folgada demais. Uma meta apertada, que demandaria cortes de despesa e aumentos de receita de tamanho inviável, também é pouco crível.

Arminio e Mendes propõem aperto mais rápido e forte

O plano de Arminio Fraga e Marcos Mendes diz que um aperto maior é inevitável, a fim de que a meta seja crível: bastante para evitar aumentos de juros etc. que provoquem aquele círculo vicioso. Fraga, sócio-fundador da Gávea Investimentos, foi presidente do Banco Central sob FHC i. Mendes, pesquisador-associado do Insper, foi um dos autores do projeto do "teto", quando no governo de Michel **Temer**.

Os economistas, ambos colunistas da Folha, argumentam que o gasto público aumentou sem limite no Brasil a partir de 1997 até fins da década de 2010, também por causa de instituições e conflitos políticos do país. A fim de evitar um crescimento sem fim da dívida, foi necessário aumentar a receita do governo (da carga tributária), mesmo que o endividamento tenha sido atenuado por superávits primários neste século, até 2013. A carga tributária não pode crescer sem limite; a tolerância social e política com aumento de **impostos** seria mínima desde"2007 (fim da CPMF), e **impostos** excessivos provocam ineficiências econômicas.

Poderia haver um ajuste fiscal por meio de receita adicional via "revogação de benefícios tributários em regimes especiais e no aumento da tributação do capital, em especial nos regimes tributários especiais, como Simples e de Lucro Presumido. Em ambos os casos há grande dificuldade política para revogar legislação que tem ganhadores bem organizados e mobilizados na defesa de seus privilégios", escrevem Fraga e Mendes.

Regras tais como superávits primários e o teto foram desmoralizadas ou se tomaram inviáveis pela falta de outras mudanças (em gastos previdenciários, assistenciais, com servidores, em isenções indevidas de **impostos**, por exemplo).

Fraga e Mendes propõem uma regra de limitação do aumento da despesa compatível com a redução da dívida pública a um nível desejável e viável, que supõem ser 65% do **PIB** em 2032. A cada três anos, haveria projeções de receita para três anos adiante, sendo então definida e ajustada uma despesa compatível para que atinja, na média do período, um superávit primário bastante para limitar o crescimento da dívida (o superávit seria um resultado, não uma meta). O "teto", enfim, seria reajustado a cada três anos.

Fraga e Mendes fizeram um exercício de projeção da dívida a depender do gasto adicional previsto para 2023. Com uma "licença para gastar" ("waiver") de R$ 220 bilhões, a dívida vai a perto de 92% do **PIB** em 2023. Com um "waiver" de R$ 80 bilhões, a perto de 79% do **PIB**.

As premissas econômicas e de receita são as mesmas nos dois cenários. Ou seja, a depender apenas do gasto extra de 2023, a perspectiva é muito diferente. Pode piorar ainda mais. Mesmo no cenário "menos pior", a dívida subiria até 2027 (a 83,4% do **PIB**), eom o que a taxa de juros tendería a ser maior, e o crescimento, menor. Isto é, mesmo o cenário mais otimista não se sustenta, argumentam.

Fraga diz que dá "muito peso" a 2026: teria de haver limitações de modo a mostrar um controle de endividamento atéesse ano e, assim, diminuir o risco de círculo vicioso.

No entanto, "como há rigidez nas despesas, e não é possível fazer um ajuste fiscal abrupto, só nos resta tentar minimizar o prejuízo em 2023 e começar 2024 sob uma regra fiscal nova e crível" escrevem Fraga e Mendes.

Em vez de fazer o ajuste (superávit primário necessário) pelo lado da receita, como ocorreu do Plano Real até a primeira década do século, a despesa seria limitada (embora receitas adicionais possam ser necessárias).

Em cada ano, de resto, ades-pesa, não raro, era limitada de modo improvisado, a fim de atingir a meta de superávit (por meio de "contingenciamentos" mais ou menos arbitrários e ineficientes do ponto de vista orçamentário e econômico).

Em caso de recessão, a receita de **impostos** cai. Na proposta Fraga-Mendes, a despesa estaria fixada por um período. Poderia então haver déficit ou superávit menor (ajudando, assim, a atenuar a baixa econômica: seria "anticídica"). Mas teria de haver compensação em anos posteriores.

No exercício de Fraga e Mendes, o "waiver" de 2023 é de R$ 90 bilhões, como se disse. A dívida de2023 éde8o,8% do **PIB**. A receita do governo federal cresee de 17,5% do **PIB** até 19,2% do **PIB** em 2025 (graças ao cancelamento de isenções tributárias) e por aí fica. Quanto maior o "waiver" de 2023, maior o esforço necessário: maior a restrição da despesa adiante, maior a necessidade de aumentar a receita (mais **impostos**, mais privatizações).

A taxa de juros real começa em 5% ao ano, cai até 3,5% em 2027 e a 3% em 2030 (a regra fiscal "crível" ajuda a diminuir a taxa de juros, supõe-se). O **PIB** crese e 0,7% em 2023 e 2% daí em diante. Considera-se que a "**inflação** do **PIB**" é 0,5 ponto percentual além do IPCA (o que ajuda a "inflar" o **PIB** e, tudo mais constante, a reduzir o tamanho relativo da dívida). A cada ano, obtém-se ainda 0,5% do **PIB** em receitas de privatizações.

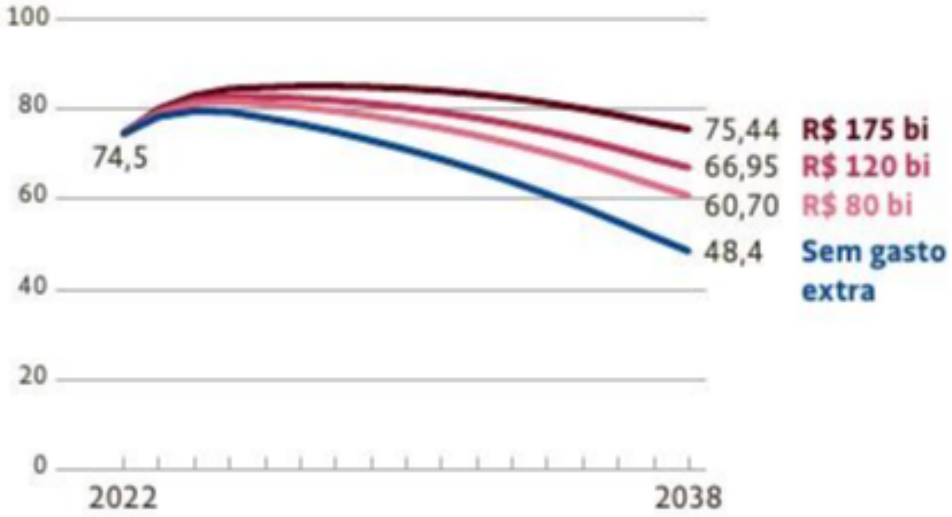
Uma dívida de 80,4% do **PIB** em 2026 exigiria um crescimento zero da despesa entre 2024 e 2026, na média e em termos reais (e absolutos: em reais). A despesa, em relação ao **PIB**, cairia continuamente, de 19% para perto de 16% do **PIB** em 2032, com a dívida bruta chegando a 65% do **PIB**.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50104

Como pode ficar o tamanho da dívida pública

Relação dívida/PIB em quatro hipóteses de gasto extra na transição*

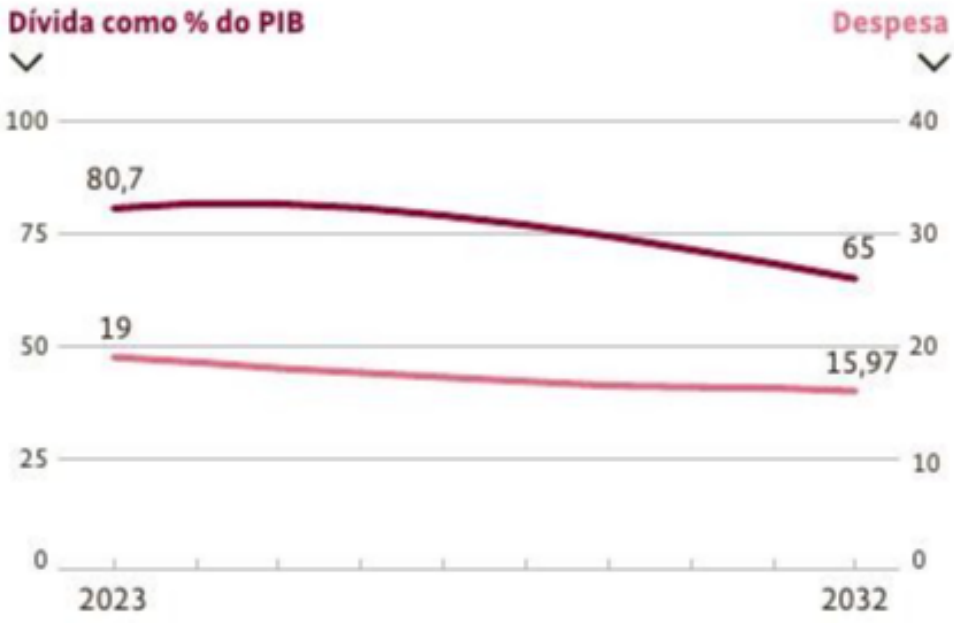
Segundo Felipe Salto e Josué Pellegrini



* Dívida bruta do setor público em proporção ao PIB estimado de cada ano, segundo critérios de regra fiscal de Felipe Salto e Josué Pellegrini e algumas projeções econômicas: Crescimento do PIB: 1% em 2023 e 2% nos demais anos; taxa real de juros: 6% em 2023, 4,5% em 2024; 3,5% em 2025; 3% nos demais anos; receita federal: 17,5% em 2023, 18% em 2024, 18,5% em 2025 e 19% nos demais anos

Relação dívida/PIB e redução de despesa necessária

Segundo Armínio Fraga e Marcos Mendes



A barganha do Congresso com Lula - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

Os líderes do grupo no poder no Congresso dizem que a votação da "PEC da Transição" vai ser negociada segundo dois critérios: 1) "Uma mão lava a outra"; 2) Manter o poder de barganha.

A "mão que lava a outra": Luiz Inácio Lula da Silva dá apoio explícito ou velado à reeleição de Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (União Brasil-MG) para o comando de Câmara e Senado, respectivamente; a "PEC da Transição" passa.

"Poder de barganha": o Congresso aprova o gasto extraordinário, além do previsto no projeto de Orçamento para 2023. Para os demais anos, a ver.

Vários parlamentares dizem que, além de manter o poder de barganha e de pressão sobre o governo, aprovar agora gasto extraordinário apenas para 2023 faria "sentido econômico". Isto é, seria necessário conhecer o novo plano de contenção da dívida, despesa e déficits (que em tese vai substituir o "teto") antes de pensar o tamanho do gasto a partir de 2024.

Seja como for, a ideia dos líderes do poder na Câmara, basicamente o centrão, e senadores é obrigar o governo Lula a renegociações mais adiante.

Além do mais, deve haver algum talho na proposta da "PEC da Transição". Em vez de quase R$ 200 bilhões, pode ser algo entre R$ 130 bilhões e R$ 180 bilhões.

Isto posto, as discussões de limites de gasto em 2023 e do que fica dentro ou fora do teto estão malpostas ou podem ser irrelevantes.

Tem se dado muita importância à possibilidade de os gastos com o Bolsa Família ficarem "permanentemente" fora do teto. Pode ser importante, enquanto não há outra regra de limitação da despesa além daquela de 2016, o teto de Michel **Temer**. Mas o assunto pode se tornar irrelevante, a depender da "nova regra fiscal".

Imagine-se que o Bolsa Família fique "para sempre" fora do teto (qual teto, aliás?). No entanto, pode haver uma nova regra fiscal segundo a qual seja preciso limitar o crescimento da despesa de modo a fazer com que a dívida caia em tal ritmo, para tal nível.

Isto é, mesmo que o "novo teto" autorize despesa até certo limite, a exigência de conter a dívida pode impedir que se gaste até esse limite. Então, neste caso, tanto faz que a "exclusão do teto" seja permanente ou não.

Esse é o sentido das melhores propostas de contenção da dívida apresentadas até agora, como as de Felipe Salto, secretário da Fazenda paulista, e de Armínio Fraga e Marcos Mendes.

A discussão sobre a despesa adicional de 2023 está malparada por vários motivos. Mesmo que se limite a despesa a partir de 2024, como sugerem líderes do Congresso ou mesmo da "transição" para Lula 3, o tamanho do gasto extra de 2023 terá implicações para os anos seguintes.

Um gasto extra de R$ 80 bilhões em 2023 ano já tende a levar a dívida pública a perto de 80% do **PIB** ao final do governo Lula, dado um crescimento do **PIB** de 2% ao ano, juros reais de 3,5% ao ano e **receita federal** de 18,5% do **PIB** nesse período.

Mas pode bem ser que, com a perspectiva de que o endividamento não vá cair tão cedo, as taxas de juros continuem altas e o crescimento, baixo. Essa combinação eleva ainda mais o tamanho da dívida.

Favor prestar atenção: trata-se aqui de uma hipótese de gasto extra de R$ 80 bilhões. A situação fica pior com um gasto maior, claro.

Sim, é possível "ver isso depois". Se não houver algum evento explosivo, então seria necessário fazer corte muito duro de despesas e aumento grande de imposto. A conta vai acabar ficando mais cara. Ou, então, a dívida vai subir sem limite. Ou, então, se espera um "milagre do crescimento", com o **PIB** aumentando a mais de 3% ao ano, com **inflação** baixa e juros caindo imediatamente no ano que vem. Difícil.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50104

Receita passa a negociar substituição de garantia

Beatriz Olivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://valor.globo.com/virador/#/edition/187389

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187389

Paraná adia debate sobre taxação do agro

Veja a matéria no site de origem:

https://valor.globo.com/virador/#/edition/187389

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187389

Apesar das turbulências, mercado acionário avança no Brasil - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

A esperança de ganhar dinheiro comprando e vendendo ações na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, tem atraído um número cada vez maior de brasileiros. Estima-se que existam ao menos 300 mil traders - como é chamado o profissional que opera cotidianamente na Bolsa - no Brasil, contingente que quase dobrou de tamanho em um período de apenas cinco anos. Apesar da turbulência dos últimos meses provocada por fatores internos (eleição presidencial no Brasil) e externos (guerra na Ucrânia e **inflação** global), o mercado acionário não para de avançar no país. De acordo com um novo levantamento realizado pela B3, o número de pessoas físicas que investem em renda variável cresceu 35% no terceiro trimestre de 2022, em relação a igual período do ano anterior. O total passou de 3,3 milhões para 4,6 milhões. Isso explica por que apareceram tantas casas de análises e influencers financeiros nos últimos anos. Mas cuidado: não existe jeito fácil de ganhar dinheiro.

Indefinição na Fazenda estressa indústria financeira

A demora do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para anunciar o futuro ministro da Fazenda provoca crises de ansiedade no mercado financeiro. Não são apenas os gestores que sofrem, mas os clientes também. "Tenho recebido várias mensagens de cotistas que estão em total desespero", diz o responsável por um tradicional fundo de investimentos. "As pessoas não têm paciência, querem uma resposta rápida sobre o que fazer. A recomendação é ter calma. O Brasil vai seguir em frente, seja quem for o escolhido."

Havan corta patrocínios no futebol

A Havan, rede varejista que pertence ao empresário bolsonarista Luciano Hang, desistiu de patrocinar clubes de futebol. Segundo a empresa, a decisão se deve "ao momento econômico e político que o Brasil vive." Com isso, os dois finalistas da última edição da Copa Libertadores da América - Flamengo e Athletico Paranaense - deixarão de estampar na temporada 2023 a marca da Havan em suas camisas. Também foram cortados os patrocínios do Cascavel, do Paraná, e do Brusque, de Santa Catarina.

Para OCDE, economia global perderá força em 2023

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) diz que a economia global deverá desacelerar em 2023, recuperando-se apenas em 2024. O motivo, diz a entidade, é o "enorme e histórico choque energético desencadeado pela guerra na Ucrânia, que estimula crescentes pressões inflacionárias, minando a confiança e o poder de compra das famílias e aumentando os riscos em todo o mundo." De acordo com as projeções da OCDE o mundo crescerá 2,2% no ano que vem.

29,5%

dos cargos gerenciais no mercado de trabalho são ocupados por pessoas negras, conforme dados do

IBGE. Eis aqui o retrato da desigualdade: elas representam a maioria dos trabalhadores do país (53,8%)

O Catar quis aproveitar a Copa para ampliar seu soft power diplomático, tentando se mostrar como um um país democrático e moderno, nem tão autocrático quanto parece" Paulo Michael Brannagan, professor de relações internacionais da Universidade de Manchester, na Inglaterra, e autor do livro "Qatar and the Fifa World Cup: Politics, Controversy, Change" ("Qatar e a Copa do Mundo da Fifa: Política, Controvérsia, Mudança")

RAPIDINHAS

» O Tribunal de Justiça de São Paulo negou o pedido da DSL Comércio Varejista para que o laudo de avaliação do valor da Daslu, vendida por R$ 10,5 milhões em junho, fosse refeito. Com isso, a incorporadora Mitre Realty, vencedora do leilão da marca, iniciará o processo de incorporação da massa falida da empresa.

» Sob o comando da empresária Eliana Tranchesi (1955-2012), a Daslu foi referência de luxo do Brasil a partir dos anos 90. Sua estratégia era simples: Tranchesi assinou um acordo de representação e importação de grifes italianas e francesas e passou a trazê-las diretamente para o mercado brasileiro. Depois, descobriu-se que mantinha um esquema de evasão fiscal.

» A nova edição do Radar Agtech Brasil 2022, produzida por Embrapa, SP Ventures e Homo Ludens, é o retrato das oportunidades de negócios geradas pelo agronegócio brasileiro. Segundo o estudo, o número de startups voltadas para o campo cresceu 8,2%, em 2022, na comparação com 2021. Atualmente, existem 1.703 agtechs no país.

» As locadoras de veículos terão papel vital no resultado da indústria automotiva em 2023. Segundo projeção feita pela Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (Abla), as empresas do ramo deverão comprar entre 600 e 700 mil unidades no ano que vem. Em 2022, o setor adquiriu 575 mil automóveis.

"Política social é a retomada econômica"

CLÁUDIO BELLI/DIVULGAÇÃO

Vicente Nunes

De passagem por Portugal, onde falou para uma seleta plateia de investidores e acadêmicos, o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, por pouco não cruzou com o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Se as agendas tivessem coincidido, o executivo teria ouvido do próprio líder brasileiro que o governo dele terá, sim, responsabilidade fiscal, num aceno de paz ao mercado financeiro. Para Sidney, afala de Lula foi bem-recebida e, no seu entender, deve-se dar um voto de confiança ao novo governo, dado o histórico de oito anos de administração responsável do petista na área fiscal. Ele ressalta, porém, que, se descumprir a promessa de manter a responsabilidade fiscal, o petista não terá como atenderas demandas urgentes da população, sobretudo a mais vulnerável, que voltou a conviver com a fome. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Ao mesmo tempo em que assumiu compromisso com o equilíbrio fiscal, Lula reforçou que não abrirá mão de suas promessas na área social. É possível ter um equilíbrio entre fiscal e social?

O que precisamos é construir um caminho para, com transparência e previsibilidade, acomodar as pressões fiscais por conta da agenda social, em particular a questão do Bolsa Família. A preocupação com o social é fundamental e não se contrapõe à questão fiscal, nem vice-versa, pois não são excludentes, e uma precisa da outra numa relação contínua de interdependência. A contradição seria apenas aparente, e são lados da mesma moeda. A desigualdade de renda no país é um entrave fundamental para o crescimento sustentável da economia e, sem crescimento e controle das contas públicas, não há como diminuir as desigualdades. O presidente foi eleito pela maioria da sociedade com o propósito de retornar bons indicadores sociais. Da mesma forma que houve excepcionalidades fiscais durante a pandemia, elas agora também são necessárias, mas precisam ter limites claros num horizonte de tempo definido.

Pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada pela equipe de transição ao Congresso, as despesas com o Bolsa Família ficarão de fora do teto de gastos, assim como outros desembolsos na área social, num total de quase R$ 200 bilhões. Não foi definido um prazo para essa excepcionalidade. O que isso representa?

Aí está o ponto que considero crucial. Nosso ponto de atenção é que o gasto transitório e excepcional não se transforme em definitivo. É importante termos uma âncora fiscal para garantir a estabilidade da dívida pública, que continua elevada, próxima de 80% do Produto Interno Bruto (**PIB**). As excepcionalidades precisam ser restritas a um tempo definido, para acomodar as necessidades do auxílio e outras urgências eventuais. Mas estou certo de que nenhum governo tem por alvo o desequilíbrio das contas públicas. O país amadureceu. Já vimos muitas vezes o filme do descontrole fiscal, e o final é muito ruim, principalmente para os pobres: surgem as pressões inflacionárias, o real se desvaloriza, o Banco Central é obrigado a manter os juros altos ou até a subir os juros para controlar a **inflação**, a atividade cai, pode vir recessão, queda de arrecadação, desemprego e pressões para mais gastos inflacionários.

Qual é, na sua avaliação, o grande desafio do novo governo?

O grande desafio do novo governo, na verdade do nosso do país, é como voltar a crescer de forma sustentada. Isso precisa ser o início, o meio e o fim do próximo governo. O crescimento e a geração de emprego e renda são a política social mais eficiente que pode existir. Sou a favor das políticas de distribuição de recursos para os mais vulneráveis, mas, sem o país crescer, daqui a pouco não teremos o que distribuir. É preciso deixar claro, reforço, que crescer não é um fetiche econômico, uma bandeira política ou uma meta matemática para agradar

economistas e investidores. Trata-se de uma necessidade imperiosa, que gera empregos, riqueza e bem-estar social. Ficar estagnado aumenta a pobreza e a miséria, e leva a um círculo vicioso. Crescer e acabar com a pobreza é, acima de tudo, um dever e uma necessidade de todos. Mas precisamos encontrar o caminho correto para crescer e distribuir.

E qual o caminho para o Brasil voltar a crescer?

Temos de repensar o modelo de investimento, já que a poupança pública se exauriu. Precisamos retomar a agenda de reformas estruturais para atrairmos mais investimentos privados, e destaco aqui as três que considero mais importantes: a tributária, a do setor público e a de melhoria do ambiente de negócios. E o governo e a sociedade brasileira podem contar com o apoio do setor bancário para tocar esta agenda de reformas. Temos interesse e podemos contribuir, em especial, com dois temas: a questão do crédito e a melhoria do ambiente de negócios. E acrescento: nesse contexto, é possível fazer política social com mais eficiência. A maior política social não é chamar um benefício de auxílio emergencial ou de Bolsa Família. A política social sustentável é a retomada do crescimento econômico, com geração de emprego e renda. Não há política social que se sustente sem o país crescer em níveis elevados e por períodos prolongados.

Como o senhor avalia o ano que está acabando?

Infelizmente, sob o ponto de vista econômico, foi um ano de poucos avanços, contaminado por polarizações políticas que apequenaram o Brasil e nos desviaram de temas importantes. Não só. Parece que estamos nos acostumando com pouco crescimento. Não apenas em 2022, mas, quando olhamos para trás, nos damos conta de que a economia brasileira vive um imobilismo. Temos experimentado um crescimento medíocre há bastante tempo, independentemente de governos, pandemias e guerras. Não precisamos achar culpados lá fora. Se considerarmos a última década, o crescimento do nosso **PIB** foi de menos de 0,5% ao ano, um desempenho muitíssimo aquém do nosso potencial. Olhando para frente, temos de mirar num crescimento mais produtivo, inclusivo e duradouro.

Apesar de os resultados das eleições presidenciais já estarem consolidados pelas urnas eletrônicas e a transição de governo já ter começado, há um clima de enorme tensão no país, com radicais que não aceitam a vitória de Lula. Como avalia esse quadro?

Precisamos ser incansáveis em buscar a serenidade de ânimos. O ambiente democrático, que a Febraban defendeu sem qualquer hesitação, já está consolidado. A eleição passou, temos um presidente eleito e precisamos, todos, debater as condições para o Brasil voltar a crescer a taxas maiores. Isso se faz num debate aberto de propostas e ideias; ninguém perde, todos ganhamos: setor privado, setor público e a população em geral. Mais: a harmonia entre os poderes, para tanto, não só é importante, como imprescindível. A responsabilidade dos atores políticos é enorme, mas estou certo de que é um desafio à altura dos cargos que ocupam. Confiamos nas nossas instituições, que não fraquejaram, e nos nossos poderes constituídos.

ISAAC SIDNEY. Presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban)

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/23/11/2022/p1

Reajuste de mensalidade vai a 13%, acima da inflação

JAIR AMARAL/EM/D.A PRESS

A funcionária pública Déborah Madsen não acha que o aumento nas mensalidades foi abusivo

MARCOS VIEIRA/EM/D.A PRESS

O produtor musical Frederico Meslouhi se esforça para manter o filho na escola particular

Mariana Costa

O reajuste nas mensalidades das escolas particulares de Belo Horizonte para 2023 deve ficar, em média, entre 8% e 12% no ensino fundamental ede6%a 10% no ensino médio, mas há caso de até 20%, segundo o site Mercado Mineiro. Entre as escolas que tiveram os nomes pesquisados pela entidade, o aumento chega a 13% na 6- e 7- séries, como no Colégio Claretiano, no Bairro de Lourdes. Embora não haja teto legal de majoração, a diretora jurídica do Instituto de Defesa do Consumidor e do Contribuinte (IDC), Renata Abalém, afirma que reajuste acima de 12% "não faz o menor sentido" e que ele deve girar em torno de 8%. O índice está acima da **inflação** de 7,17%, acumulada nos últimos 12 meses, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O Mercado Mineiro pesquisou mensalidades da 1- à 9- série do ensino fundamental e do 1° ao 3° ano do ensino médio de 24 instituições de ensino da capital. O estudo completo abrange 46 unidades de ensino e deve sair nas próximas semanas. O coordenador do site, Feliciano Abreu, explica que algumas escolas ainda não divulgaram os valores, o que atrasa a finalização da pesquisa.

O produtor musical Frederico Meslouhi, de 30 anos, é pai de Antônio, de 6 anos, que estuda na Escola da Serra, localizada no bairro homônimo, Região Centro-Sul da capital. No próximo ano, o menino vai ingressar no ensino fundamental e o pai já se preocupa com o valor das mensalidades. "Hoje, a educação dele consome cerca de 30% do meu orçamento mensal. É uma escola cara, mas fazemos questão que ele estude lá porque a proposta da escola combina com o que acreditamos enquanto pais e com o Antônio enquanto aluno. Fazemos um esforço sobre-humano para mantê-lo lá".

Segundo Meslouhi, a mensalidade custa mais de R$ 2 mil. Ele conta que a escola ainda não anunciou reajuste, mas ele já fez a matrícula para 2023. O produtor musical destaca que um aumento no valor da mensalidade vai trazer ainda mais impacto para seu orçamento, mas pretende fazer esforço para manter o filho na escola.

Outra que não abre mão de manter os filhos no colégio com mensalidades mais caras no ano que vem é a funcionária pública Déborah Madsen, de 44 anos. Ela tem dois filhos que estudam no Colégio Loyola, também na Região Centro-Sul de BH: Valentina, de 13 anos, na 7- série, e Manuel, de 10, na 5-. Déborah diz que o colégio ainda não anunciou reajuste para o próximo ano, mas já sabe o valor porque fez a rematrícula dos filhos. "Não acho que a escola abusou no aumento, é um valor previsto por causa da **inflação**. Mas impacta no orçamento familiar porque

as coisas têm subido muito de preço e o salário que a gente ganha não aumentou."

A funcionária pública ressalta que apenas em 2016 recebeu aumento, fruto de recomposição salarial. "De lá para cá, as coisas aumentaram e o poder de compra do meu salário diminuiu." Mesmo assim, ela afirma que trocar os filhos de colégio seria a última opção. "Se eu tivesse que mexer em alguma coisa, sairia de um esporte, de uma escola de inglês para outra mais barata. Mas da escola eu não tiraria porque eu gosto muito do ensino e eles são muito felizes lá", conta.

CAUSAS E EFEITOS O porta-voz do Sindicato das Escolas Particulares (Sinepe-MG), Paulo Henrique de Sousa Leite, explica que todos os estabelecimentos privados se submetem à Lei 9.870, de 1999, que orienta a planificação de custos para justificar os reajustes das mensalidades. "Além da questão da dinâmica das variações de suas despesas, que estão sujeitas a várias intempéries, as instituições avaliam, da mesma forma, o contexto competitivo em que existe uma concorrência por matrículas em um período recente."

Ele lembra ainda que as escolas particulares sofreram uma perda expressiva de estudantes para as instituições públicas ou mesmo para outras escolas privadas que surgiram ou receberam investimentos internos e se tornaram mais agressivas no mercado. "Assim, algumas dessas escolas podem precisar diminuir suas margens de contribuição no desenvolvimento de sua política de precificação. Além desses detalhes, as instituições levam em conta vários outros aspectos na hora de definir os novos valores: reajustes concedidos nas remunerações dos seus profissionais; custos operacionais envolvendo a manutenção do seu espaço em ótimas condições de acolhimento do seu público; necessidades prementes e constantes de investimentos", afirma.

O representante do sindicato das escolas destaca ainda que um reajuste muito acima do que é considerado razoável pode acabar afastando os alunos daquela instituição de ensino. "As famílias que mantêm seus filhos matriculados em uma escola, consagrada pela sua tradição e pelos seus resultados, são as principais disseminadoras e propagadoras dos excelentes serviços educacionais que consome. Por outro lado, um reajuste muito aquém do razoável pode afetar a sustentabilidade do negócio educacional e colocar em risco a saúde financeira da gestão da escola e mesmo a sua sobrevivência no médio e no longo prazo, o que representaria prejuízos muito além da perda de empregos." Outro ponto levantado por Paulo Henrique de Sousa Leite é a inadimplência das famílias com as mensalidades. Para o Sinepe-MG, esse é um assunto que requer acompanhamento constante e interação com pais e estudantes com o objetivo de não deixar a incapacidade de pagamento atingir um patamar que inviabilize a permanência dos alunos nas instituições de ensino.

"Desta forma, os reajustes propostos, entendemos, não afetarão a capacidade de pagamento das famílias porque eles são pensados, planejados e pontuados para que ocorram dentro de uma condição razoável e sustentável que caiba nos orçamentos do nosso público alvo e de nossas instituições particulares de ensino", acrescentou.

Não há limite para as altas

A advogada e diretora jurídica do Instituto de Defesa do Consumidor e do Contribuinte (IDC), Renata Abalém, explica que não há prazo determinado para as escolas anunciarem o reajuste. "Geralmente, as escolas oferecem aos pais os valores a serem praticados no ano seguinte em outubro, quando abrem as matrículas e rematrículas para o ano seguinte. Mas não existe uma data limite. Assim que é anunciado o prazo para matrícula ou rematrícula os pais tomam conhecimento dos índices que serão praticados pela escola."

Em relação aos valores, também não há limite para o aumento. "Alguns são considerados abusivos, mas tem que ser levado em conta se o serviço que vai ser prestado será o mesmo. Tem escola que amplia suas instalações. Então, se não tinha uma piscina, um auditório ou um teatro e agora tem, tudo isso pode contar como fator para que haja um reajuste maior. Qualquer serviço extra pode ser contado como percentual para influenciar no reajuste."

A advogada adverte, porém, que quando a escola é questionada, deve apresentar planilhas que motivem esse reajuste. "Hoje, um reajuste acima de 12% não faz o menor sentido. Ele deve estar variando, em torno de 8% de um ano para o outro. À exceção, como eu disse, de escolas que estão oferecendo outros serviços." Renata Abalém destaca ainda que se os pais não estiverem de acordo com os índices aplicados pela escola podem procurar os órgãos de Defesa do Consumidor. "Nesse caso é o Procon. Eles podem pedir uma avaliação desse reajuste. Já se não tiverem condições de arcar com o aumento, podem buscar mediação junto à instituição de ensino para evitar a migração para outra."

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/23/11/2022/p1

MENSALIDADES MAIS CARAS

PERCENTUAL DE REAJUSTES NAS ESCOLAS PARTICULARES DE BH:

» Claretiano Colégio
1ª à 5ª série fundamental: 12%
6ª série fundamental: 13%
7ª série fundamental: 13%
8ª e 9ª série fundamental: 12%
1º ao 3º ano médio: 12%

» Colégio Batista Mineiro
1ª à 5ª série fundamental: 11%
6ª à 9ª série fundamental: 11%
1º ao 3º ano médio: 11%

» Colégio Bernoulli Santo Agostinho
6ª à 9ª série fundamental: 11,5%
1º ano médio: 11,5%

» Colégio Chromos Pampulha
1ª à 5a série fundamental: 10%
6ª à 9ª série fundamental: 9%
1º 2º ano médio: 18%
3º ano médio: 9%

» Colégio Cop
1ª à 5ª série fundamental: 10%
6ª à 9ª série fundamental: 10%
1º ano médio: 6%
2º ano médio: 6%
3º ano médio: 6%

» Colégio Helena Bicalho
1ª à 5ª série fundamental: 11%
6ª à 9ª série fundamental: 11%
1º a 3º ano médio: 11%

» Colégio Logosófico - Cidade Nova
1ª série fundamental: 10%
2ª à 9ª série fundamental: 10%

» Colégio Logosófico - Funcionários
1ª série fundamental: 9%
2ª à 5ª série fundamental: 9%
6ª à 9ª série fundamental: 9%
1º ano médio: 9%
2º ano médio: 13%
3º ano médio: 9%

» Colégio Loyola
1ª à 5ª série fundamental: 9,4%
6ª à 9ª série fundamental: 9,4%
1º e 2º ano médio: 9,4%
3º ano médio: 9,4%
10 - Colégio Magnum
1ª à 9ª série fundamental: 12%
1º e 2º ano médio: 12%
3º ano médio: 12%

» Colégio Marista Dom Silvério
1ª à 5ª série fundamental: 9,9%
6ª à 9ª série fundamental: 9,9%
1º e 2º ano médio: 10,8%
3º ano médio: 10,7%

» Colégio Nossa Senhora da Piedade
1ª à 5ª série fundamental: 11%
6ª à 9ª série fundamental: 11%
1º a 3º ano médio: 11%

» Colégio Nossa Senhora Das Dores Pompéia
1ª a 5a série fundamental: 10%
6ª à 8ª série fundamental: 10%
9ª série fundamental: 22%
1º e 2º ano médio: 10%
3º ano médio: 10%

» Colégio Padre Eustáquio
1ª à 5ª série fundamental: 11%
6ª à 9ª série fundamental: 11%
1º ano médio: 12%
2º ano médio: 12%
3º ano médio: 12%

» Colégio Padre Machado
1ª à 5ª série fundamental: 12,5%
6ª à 9ª série fundamental: 12,5%
1º a 3º ano médio: 12,5%

» Colégio PIO XII
1ª e 2ª série fundamental: 11%
3ª à 5ª série fundamental: 11%
6ª e 7ª série fundamental: 11%
8ª e 9ª série fundamental: 11%
1º e 2º ano médio: 11%
3º ano médio: 11%

» Colégio Sagrado Coração de Jesus
1ª à 5ª série fundamental: 11%
6ª à 9ª série fundamental: 11%
1º e 2º ano médio: 11%
3º ano médio: 11%

» Colégio Salesiano
1ª a 5ª série fundamental: 10%
6ª à 8ª série fundamental: 10%
9ª série fundamental: 10%

» Colégio Santa Dorotéia
1ª à 5ª série fundamental: 10,57%
6ª à 9ª série fundamental: 10,57%
1º e 2º ano médio: 10,57%
3º ano médio: 10,57%

» Colégio Santa Marcelina
1ª à 5ª série fundamental: 10%
6ª e 7ª série fundamental: 10%
8ª série fundamental: 10%
9ª série fundamental: 10%
1º e 2º ano médio: 11%
3º ano médio: 10%

» Colégio São José
1ª à 5ª série fundamental: 12%
6ª à 9ª série fundamental: 10%
1º a 3º ano médio: 12%

» Colégio São Miguel Arcanjo
1ª à 5ª série fundamental: 8%
6ª à 9ª série fundamental: 8%
1º e 2º ano médio: 8%
3º ano médio: 8%

» Escola Balão Vermelho
1ª à 5ª série fundamental: 10,86%
6ª à 9ª série fundamental: 10,86%
1º e 2º ano médio: 10,86%
3º ano médio: 10,86%

» Instituto Arcanjo Gabriel
1ª à 5ª série fundamental: 12%

Sem direito de ir e vir (Editorial)

A Polícia Federal (PF) suspendeu no último sábado a emissão de passaportes por falta de verba. Logo depois, a Polícia Rodoviária Federal anunciou que também limitaria serviços de manutenção nas viaturas por falta de recursos. São dois pequenos exemplos, com graves consequências, do desarranjo orçamentário promovido pelo governo Jair Bolsonaro para custear seu projeto eleitoreiro.

A confecção de passaportes é um serviço público prestado pela PF por meio de um contrato com a Casa da Moeda. A pandemia gerou uma demanda reprimida. Até outubro deste ano, a PF emitiu 1,9 milhão de passaportes, bem acima do 1,2 milhão em 2021, e do 1 milhão em 2020. Nestas circunstâncias, já era previsto que a dotação de R$ 217,9 milhões seria insuficiente. A 40 dias do fim do ano, toda a verba já foi consumida.

No fim de julho, a dois meses das eleições, o governo conseguiu autorização do Congresso para liberar R$ 41,2 bilhões fora das regras fiscais para turbinar benefícios sociais, incluindo dinheiro a taxistas e caminhoneiros. Na mesma época, bloqueou um total de R$ 14,7 bilhões do Orçamento, afetando sobretudo os Ministérios da Saúde e da Educação. O Ministério da Justiça sofreu um corte de R$ 229 milhões. Só no orçamento da PF foram bloqueados R$ 104,9 milhões. À época, a corporação alertou que, além de cursos de formação e operações para o combate de desmatamen-tos e garimpo ilegal, os cortes implicariam a interrupção da emissão de passaportes. Dito e feito.

Sem a confecção dos passaportes - um serviço, por sinal, que custa aos cidadãos R$ 257,20 - tolhe-se o direito de ir e vir, com impactos para turistas (em recreação ou negócios), pesquisadores e estudantes em intercâmbio ou até quem viaja para buscar atendimento de saúde. É uma desmoralização completa para o Poder Público.

Mesmo com os alertas crescentes e ainda nos dias seguintes à interrupção, o Ministério da Economia dizia que a questão seria deliberada na próxima reunião da Junta de Execução Orçamentária, "sem data definida".

Enquanto o presidente da República está há duas semanas amuado no Palácio da Alvorada, coube à Comissão Mista do Orçamento no Congresso se mobilizar para pôr na pauta um Projeto de Lei para a liberação de crédito suplementar ao Orçamento de R$ 596 milhões - sendo R$ 37 milhões para a PF retomar a emissão de passaportes, montante que dará algum alívio, mas possivelmente não será suficiente para a regularização completa dos serviços.

As agruras em 2023 estão contratadas. O relator-geral do Orçamento, o senador Marcelo Castro (MDB-PI), tem dito que o orçamento apresentado pelo governo está cheio de "buracos" e é inexequível. Alguns programas teriam corte de mais de 90%. A PF, por exemplo, receberá, em valores corrigidos pela **inflação**, R$ 100 milhões a menos que em 2022. A interrupção de um serviço básico para atender a direitos fundamentais dos cidadãos, como a emissão de passaportes, é só um prenúncio das mazelas a que os contribuintes estarão submetidos pelos desarranjos orçamentários produzidos pelo oportunismo do governo.»

EX-LIBRIS
O ESTADO DE S. PAULO

OCDE vê PIB mundial cair para 2,2% no próximo ano

I LETICIA SIMIONATO

Em relatório divulgado ontem, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) prevê que a economia global desacelere ainda mais no próximo ano, "à medida que o enorme e histórico choque energético desencadeado pela guerra na Ucrânia continua a estimular pressões inflacionárias, minando a confiança e o poder de compra das famílias e aumentando os riscos em todo o mundo".

A organização espera que a economia global deverá crescer "bem abaixo dos resultados esperados antes da guerra" - em modestos 3,1% neste ano, antes de desacelerar para 2,2% em 2023 e se recuperar moderadamente para um ritmo ainda abaixo da média de 2,7% em 2024.

Com relação à **inflação**, a OCDE prevê que o indicador deverá permanecer em alta, chegando a mais de 9% neste ano. Com o aperto monetário em vários países, deve cair para 6,6%, em 2023, e 5,1% em 2024 .

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Guedes anuncia novo bloqueio, de R$ 5,7 bi, para cumprir teto

GERALDA DOCA geralda@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

https://jornaldigital.oglobo.globo.com/

Guedes nega "herança maldita" e diz que deixará superávit do setor público

Estevão Taiar e Larissa Garcia De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://valor.globo.com/virador/#/edition/187389

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187389

Ação anticovid da China eleva temor com economia global

Joe McDonald Associated Press, de Pequim

Veja a matéria no site de origem:

https://valor.globo.com/virador/#/edition/187389

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187389

OCDE descarta recessão global, mas prevê uma expansão fraca em 2023

Veja a matéria no site de origem:

https://valor.globo.com/virador/#/edition/187389

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187389